

MEDIAÇÃO DE LEITURA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM PRESÍDIOS DE FOZ DO IGUAÇU

AUTORES: FERNANDO RAPOSO, TANIA RODRIGUEZ¹

Palavras-chave: Mediação de leitura; Direitos humanos; Direito à poesia;

RESUMO: O presente artigo apresenta uma fatia parcial das atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo projeto de extensão “Direito à poesia: círculos de leitura em situação de privação de liberdade em Foz do Iguaçu” no período de aproximadamente um ano, iniciado por volta de maio/15. O projeto pode ser, inicialmente, dividido em dois momentos, que para os termos do presente artigo, não significam ordenamento temporal, visto que se dão continua e paralelamente: a realização dos círculos de leitura em duas instituições prisionais da cidade, Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu (CRESF) e Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II, que consiste em rodas de leitura com detentas/os que se voluntariaram para atividade – e que tem como principal objetivo a fruição estética da leitura compartilhada, possibilitando câmbios e intercâmbios inter e intra subjetivos diretos entre os participantes. A participação do mediador consistiria em uma presença em princípio *desinteressada* e *não direcionada* por processos de apreensão valorativa teórico-literários, pedagógicos ou morais. O segundo momento, do grupo de formação, se dá entre os mediadores que participam das rodas de leituras e outros possíveis mediadores. Busca-se discutir a atividade da mediação inserida mais amplamente em contextos de adversidades, crises, traumas e vulnerabilidade. Assim, nessas discussões são centrais as reflexões acerca da categoria da mediação cultural, da produção, circulação e recepção do objeto literário, da valoração política e estética destes objetos e acerca dos reconhecimentos e produções identitários dos sujeitos incluídos ou excluídos dessa partilha simbólica, portanto política.

¹ Fernando Raposo é discente do 6º semestre do curso Letras, Artes e Mediação Cultural da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) fernando.raposo@aluno.unila.edu.br; Tania Rodriguez é mestranda no Programa de Pós-Graduação de Integração Contemporânea na América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) tania.ravera@aluno.unila.edu.br. Agradecemos, respectivamente, à PROEX-UNILA e à PRPPG-UNILA pelo financiamento do projeto de extensão “Direito à poesia: círculos de leitura com pessoas em situação de privação de liberdade em Foz do Iguaçu” e do projeto de pesquisa “Direito à poesia: experiências latino-americanas de mediação de leitura com pessoas em privação de liberdade”. Ambos projetos coordenados pela Profa. Dra. Cristiane Checchia (UNILA) cristiane checchia@unila.edu.br.

Introdução

Essa proposta de ação surgiu da necessidade de apoiar a efetivação do direito de comutação de pena pelo estudo, garantido à população carcerária por lei federal e pela Lei 17.329 do estado do Paraná. Para além de garantir este direito, pretende-se que a formação de círculos de leitura nos espaços do Cresf e PEF II favoreça uma experiência significativa de aproximação das participantes com a literatura, como um direito humano fundamental. Essa experiência tornará possível a formação de mediadoras de leitura entre as próprias mulheres e homens privadas/os de liberdade, multiplicando o potencial positivo da ação.

Já é bastante conhecida a situação calamitosa de todo o sistema prisional em diferentes países da América Latina: quadros de superlotação; ausência de condições mínimas de higiene e de saúde; falta de preparo e de formação dos agentes penitenciários; inexistência de condições concretas que viabilizem a educação e a reinserção social do detento após cumprida a pena; carência de assistência jurídica aos detentos, muitos dos quais presos desnecessariamente, sem que tivessem tido acesso a um processo justo e sem que fossem consideradas a possibilidade de penas alternativas. No âmbito brasileiro, por meio dos dados disponíveis no portal do Ministério da Justiça (INFOPEN, 2015) e amplamente divulgados, sabe-se que a grande massa dos apenados é formada por jovens pobres, negros, analfabetos ou semi-letrados, que cresceram em situação de vulnerabilidade social, sem a assistência básica a que deveriam ter direito.

De uma perspectiva mais ampla, é preciso dizer que o fracasso do sistema prisional moderno, quanto aos objetivos de reeducação dos indivíduos que infringiram a lei, é praticamente contemporâneo à sua criação, no início do século XIX, como mostra Foucault (1979:130-2). Desde essa época, já se percebia que, ao invés de promover a reinserção social dos presos, o sistema prisional acabava funcionando como uma escola do crime, afundando ainda mais os indivíduos na criminalidade. Também desde o início, já se sabia que as principais vítimas desse sistema eram os pobres: estigmatizados socialmente pela infâmia de haverem sido presos por pequenos delitos, esses indivíduos eram facilmente recrutados como criminosos profissionais. A permanência deste estado de coisas bastante conhecido, continua Foucault (idem ibidem), só se explica em virtude da funcionalidade e da rentabilidade desse sistema a determinados grupos (espalhados dentro e fora do aparelho do Estado).

Mediante a morosidade e as resistências para uma transformação efetiva nos sistemas prisionais em todo o mundo, diversas organizações internacionais, como a ONU a

UNESCO e a OEI vêm insistindo, desde os anos 1990, na necessidade da adoção de políticas públicas que favoreçam a saúde e a educação da população privada de liberdade (BOIAGO, 2013). No que diz respeito ao campo educacional, essas diretrizes respaldaram no Brasil a adoção da Lei 12.433, publicada em 30 de junho de 2011, que garante aos detentos a remição da pena pelo estudo. A partir dela e da Portaria Conjunta Nº 276, de 20 de junho de 2012, que disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal, foi regulamentada no Estado do Paraná a Lei 17.329, publicada no Diário Oficial no dia 8 de outubro de 2012 (SEJU, 2015).

Sobre a ideia de que a literatura é um direito humano fundamental tal como defendida por Antonio Cândido no artigo “Direito à literatura” (MELLO e SOUZA, 2004), escrito originalmente em 1988, o autor afirma que não há povo e não há indivíduo que possa viver sem entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Nesse sentido, caberia perguntar como é possível fazer valer esse direito a pessoas já privadas das condições mínimas de bem estar, em situações de extrema vulnerabilidade social e psicológica?

A antropóloga Michele Pétit (2010), por meio de entrevistas realizadas com mediadores de leitura e mediadores culturais em diversos países da América Latina, mas também da África, Ásia e Europa, juntamente com um apanhado bibliográfico, reconstituiu algumas experiências paradigmáticas para uma história recente de momentos de crise – guerras, ditaduras, colapsos econômicos, exílios, pobreza – em que o trauma e a adversidade conduziram, de algum modo, indivíduos e contingentes de pessoas ao recolhimento na estabilidade da leitura.

São acionadas referências de indivíduos nominados ou mesmo anônimos que participaram desse fenômeno com maior ou menor intensidade em episódios históricos como os campos de concentração da Alemanha nazista; o contexto bélico e de destruição da Europa durante e após as duas guerras mundiais; a clandestinidade e a prisão nas ditaduras cívico-militares latino-americanas; a guerrilha colombiana; o pós 11 de setembro nos Estados Unidos da América; também nos EUA, a quebra da bolsa de Nova Iorque.

Em meio a essas situações de extrema adversidade, a literatura permitiu aos leitores em questão a possibilidade de reinventar-se - um alicerce que sustentou uma transformação do sujeito em um momento de crise.

Na tradição do ocidente cultural, pode-se ir temporalmente mais longe ainda para localizar registros da crença de que a literatura possui um potencial transformador. Essa tese

já é proficuamente documentada e teorizada nos estudos literários, filosóficos e sociológicos; um exemplo clássico é a função da *catarse* da poética da Grécia, explorada tanto no teatro, de importância demarcada no convívio público das *polis*, bem como em formas narrativas orais, tais quais, por exemplo, a *Odisséia*, de Homero.

Ainda nesse cenário das *polis* democráticas, diz Jacques Rancière, referenciando-se à Aristóteles: “o cidadão é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte. O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a “possui”. (2005 [2000]: 15-16)

Ainda acerca dessa mesma obra de Rancière, utilizaremos a sucinta definição do conceito que dá título ao livro, *A partilha do sensível*:

Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas.” (Políticas da escrita, p. 7)
[Nota da tradução]

Ao falarmos, portanto, de processos de formação de leitores e de práticas de mediação de leitura, que podem ser inseridas mais amplamente na categoria de mediações culturais, estamos falando de processos de distribuição de bens culturais, de gestão cultural e do patrimônio, de matrizes históricas longínquas de conformação de hegemonias de formas do sensível - como, por exemplo, a cultura letrada. Nesse sentido, seja em tempos de crise, ou mesmo no contexto do funcionamento normalizado da cotidianidade das sociedades modernas urbano-industriais, a leitura tem papel fundamental – no primeiro caso, como uma possibilidade, um *dever* de construção e reconstrução simbólicas de si mesmo ou, no segundo caso, como um modo de *tomar parte* de ser governado, de inserir-se nas dinâmicas simbólicas e culturais das *idades letradas*.

Se por um lado entendemos a importância da promulgação e efetivação da remissão de pena por meio da leitura, que se insere em uma certa política necessária de inserção dos sujeitos privados de liberdade em outras políticas que não as meramente repressivas, por outro entendemos que o fato de que esta política se realize no interior da instituição penitenciária e do sistema de justiça, determina, a priori, sua operação sob uma mesma lógica de disciplinamento inerente ao marco das prioridades da instituição carcerária, assim tendo a cultura “como adjetivo” e como ponte para promover a missão da instituição. É

observando esse contexto que, para nós, se faz importante o papel do mediador. Trata-se, de certo modo, de um agente desmistificador do objeto literário, cultural, no interior da lógica da instituição.

Sobre a ideia de cultura “como adjetivo”, trata-se de uma proposição que busca demarcar qualitativamente o modo como as mediações operam a ideia de cultura no interior dos diversos espaços institucionais. Pode-se, assim, pensar-se a partir da dicotomia cultura “como adjetivo” ou “como substantivo”.

Quando a cultura se transforma em cultural, os processos de mediação cumprem sempre uma perspectiva funcional e oportunística de se colocar a serviço de outra coisa. Ao contrário, quando tomada e trabalhada como contexto substantivo para o desenvolvimento humano, os processos e as práticas de mediação configuram o próprio espaço institucional. (BARROS, 2003: 12)

Em nosso contexto, parece-nos essa a travessia que buscamos atingir em relação a uma concepção inicial denotada na remição da pena e, mais amplamente, na missão da instituição carcerária em si. Buscamos, na contracorrente, uma literatura que forneça um território de liberdade e indisciplina - não uma literatura ressocializadora e disciplinadora. Mais adiante discutiremos mais detalhadamente a convergência entre as concepções de literatura e mediação e seus desdobramentos sobre o conjunto do trabalho dos círculos de leitura.

Detalhamento das atividades

Atendo-se a uma descrição contextualizante, a atividade se desenvolve da seguinte forma: os pedagogos dos presídios, articulados com os chefes da segurança e com o diretor da instituição, selecionam detentos/as que se interessam voluntariamente para participar do projeto. Assim, inicia-se o trabalho, no espaço chamado “cela de aula”, que se trata basicamente de um espaço intermédio entre a configuração de uma sala de aula e de uma cela. No caso do CRESF, trata-se de um espaço amplo, de aproximadamente 15 metros quadrados, intragrades, em que ocorre paralelamente a atividade do círculo de leitura e outras atividades pedagógicas, orientadas pelos pedagogos da instituição. É um espaço onde há uma pequena margem de liberdade diante das circunstâncias de outros espaços de disciplinamentos e agressões contínuos sobre os corpos das detentas.

O grupo dos círculos de leitura é composto por cerca de 10 detentas e a proposta é que haja uma continuidade no trabalho com um mesmo grupo para que se possa estabelecer

uma relação de confiança, possibilitando maior margem para as interações intersubjetivas. Inicialmente, os mediadores trabalham em uma curadoria anterior ao momento da realização das rodas, que pretende disparar a aproximação dos participantes com o texto literário e com o espaço coletivo de discussão. Em um segundo momento pretende-se que a curadoria seja coletiva, de maneira que os interesses e a dinâmica dos indivíduos e do grupo se autonomizem. Os encontros são semanais e duram aproximadamente duas horas cada. Nesse espaço de tempo, as interações são múltiplas. Lê-se o texto, relê-se, comenta-se a temática do texto, o estilo, abre-se espaço para provocações sobre os sentidos inscritos no mesmo, sobre a interação desses sentidos com a experiência individual de cada participante e, por vezes, de experiências coletivas: acerca da maternidade, da privação de liberdade, da solidão e da saudade e, enfim, um extenso escopo de assuntos que dizem respeito a vida dentro e/ou fora da instituição.

Com essa dinâmica pretende-se que esses indivíduos apropriem-se dos textos literários e de sua contingência de sentidos diante da situação da privação de autonomia; ou seja, diante da reterritorialização pela linguagem, pretende-se que os indivíduos possam reorganizar-se afetiva e subjetivamente, que se possa criar um outro território que se desligue do território disciplinar e que diga respeito à vida da sensibilidade dos indivíduos, cuja humanidade é agredida e subordinada constantemente pela instituição.

Segundo Ricoeur, é o ato de leitura que realiza a obra “com suas zonas de indeterminação, sua riqueza latente de interpretação, sua possibilidade de ser reinterpretada de maneiras sempre novas em contextos históricos diferentes” (RICOEUR, 1989, 49, tradução dos autores). Do mesmo modo que o leitor “realiza a literatura”, abrindo o texto a novas possibilidades interpretativas, ele pode ser também modificado por ela. Como leitores, projetamos sobre nós mesmos as variações imaginativas dos relatos que lemos, e encontramos assim novas formas de nos narrarmos, de nos reinventarmos (*idem ibidem*).

É nessa zona de indeterminação, da qual fala Ricoeur, em que os mediadores do projeto pretendem atuar. Nela, entendemos, há a possibilidade, a contingência, e o *dever* da liberdade, do direito à simbolização. A indeterminação e não-diretividade da abordagem dos mediadores buscam oferecer um espaço de fruição estética e, não, um espaço de ressocialização por meio da absorção semi compulsória de interpretações e sentidos consagrados pelo cânone da alta cultura, da literatura universal ou, mesmo, da *boa* literatura. Com isso, não queremos sugerir que não se possa aplicar diferenciações valorativas à

diferentes obras e autores – mas sim distinguir-nos de um quadro educativo ou terapêutico clássico. Pode-se dizer que nesse espaço de extraterritorialidade que buscamos oferecer, *mediar*, não há um fim único, uma única abordagem. Tampouco um único sentido a atingir-se.

Reflexões sobre a mediação de leitura

Dito isso, cabe mencionar que favorece-nos o método da pesquisa-ação (TRIPP, 2005). Sendo assim, embora nosso grupo de mediadores já houvesse elaborado questionamentos iniciais acerca do trabalho do mediador e acerca dos elementos específicos desse contexto da privação de liberdade, é no decorrer da execução da atividade dos círculos de leitura que surgem novas questões, derivadas mais complexas das pleiteadas inicialmente. Trata-se de uma estratégia que busca, a partir da dialética da pesquisa/prática, uma síntese:

[...] embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática. (Ibid: 447)

Como observa Michèle Petit, se em um primeiro momento esse aspecto poderia parecer uma fraqueza, fruto de falta de uma metodologia disciplinar - justamente ao contrário, aí consiste seu ponto forte:

Poderíamos ver aí uma fraqueza; parece-me, ao contrário, que a eficiência desses programas deve muito ao fato de que as coisas não são fixas demais, de que não se pode reduzi-las a uma função, a um domínio (a educação, a formação cidadã, a saúde ou a transmissão de uma cultura, mesmo que todas elas façam parte dela), de que existe aí um tanto de "jogo", em todos os sentidos da palavra, de fluidez, e de que é contemplada a possibilidade de surgir o inesperado, o imprevisto. (PETIT, 2010: 116)

Acompanhando a prática de *indeterminação* ou de *inespecificidade* da organização mesma dos círculos de leitura, também acreditamos, acompanhando o pensamento de Marco Natali, que é necessário estender esses conceitos à negociação do sentido da *literariedade*, do *literário*. Em artigo intitulado *Além da literatura* (2006), Marco Natali dialoga diretamente com *Direito à literatura*, anteriormente citado, de Antonio Candido. O autor chama atenção para a violência que pode emergir dessa literatura universal, da qual nenhum homem pode escapar de render-se, da qual “não há povo e não há homem que possa viver sem ela”, mencionada por Candido.

Aqui entram em conflito algumas noções sobre a qual é intuito desse artigo refletir de maneira dialógica com nossa atuação dentro das *celas de aula*. Já estabelecemos,

como primeiro dado sobre a mediação cultural, que se trata de uma prática que deve ser proposta a partir de um determinado território, uma determinada instituição, levando em consideração os determinados processos de formação históricos e culturais dos indivíduos que associam-se à esses circuitos de sentidos históricos.

Como ressalta Petit (op. cit.), a mediação de leitura trata-se primordialmente de uma prática de recepção no interior de uma comunidade. Do ponto de vista da teoria da comunicação, a mediação enquanto categoria de análise, sobretudo a partir das contribuições de Jesus Martín Barbero (2008 [1987]), trata-se de uma virada, deslocando o objeto de estudo das informações, das representações, para o a recepção dessas manifestações na experiência cotidiana. Como vemos em Vera Regina Veiga França:

[...] a análise das mediações nos desloca do terreno de estudo das representações, das imagens, dos produtos em si mesmos, e nos conduz para o terreno da experiência – terreno da história, da cultura, da vida cotidiana, que intervêm nos processos de apropriação. Não se trata, nesta abordagem, do trabalho de recortar e analisar imagens, mas de analisar a maneira como lidamos com elas. (FRANÇA, 2004: 20)

A compreensão de uma literatura valorada como universal parece-nos um anseio democratizante em primeira instância bem intencionado, mas que pode promover uma compreensão homogeneizante das diferentes possibilidades de simbolização. Parece-nos uma forma instauradora de uma grande distância entre a obra e o público, uma pré-determinação de uma qualidade humanizadora que um delimitado conjunto de obras deve possuir. Um tipo de distância e de homogeneização que entendemos que é papel do mediador prevenir. Um tipo de distância que já é culturalmente produzida em atividades educativas e formativas. Como propõe Rancière em *O mestre ignorante*, “a distância que a Escola e a sociedade pedagogizada pretendem reduzir é aquela de que vivem e não cessam de reproduzir”. (2011: 11).

Ainda nesse sentido, observa Honorato (2010), que esse tipo de mediação vive “do déficit que imputa ao público”, funcionando como um instrumento de poder:

É como se essa mediação soubesse de antemão o que falta ao público, de modo que seu trabalho é providenciar o que lhe falta, aquilo de que ela dispõe. Para isso, no entanto, ela precisa confirmar a existência do público como privado de arte, de consciência, de experiência etc. Eis o seu paradoxo: Ela vive, por assim dizer, do déficit que imputa ao público. Por isso, funciona decidida ou inadvertidamente de modo unidirecional, do que a própria noção de “diálogo” frequentemente se esquece, exercendo para sua autorreprodução uma espécie de paternalismo indesejável; logo, como um instrumento de poder, não apenas de possibilidades. (Ibidem: 345)

Observamos em algumas oportunidades durante a realização dos círculos de

leitura que não é raro que os detentos absorvam sentidos da obra literária em questão direcionados por uma inclinação dos valores da instituição ou, mesmo, dos valores morais que espera-se que um sujeito marginalizado apreenda nesse período de ressocialização. Trata-se de uma predisposição para uma literatura condicionada pelos dispositivos de controle, de regulação de condutas e de formas de vida.

O mediador, diante dessa situação, deve rever a concepção hegemônica, civilizatória e essencialmente positivada que exalta a função política da literatura como imediatamente promotora de uma justiça social. Nesse sentido, fazemos ecoar a provação feita por Marco Natali: o que aconteceria se, em um cenário hipotético, alguém ou além do literário, a literatura não coincidissem com a justiça? [...] se tivéssemos que escolher entre a literatura e a justiça, onde ficaria nossa fidelidade? (2006: 42-43)

Ainda observando práticas de mediação que estabelecem um distanciamento embrutecedor (RANCIÈRE, 2011) em relação ao público, verificamos o pesquisado por Valéria Peixoto Alencar, que elaborou um questionário que formulava questões acerca, entre outros, da percepção sobre a área da mediação cultural como campo profissional. O questionário foi respondido por 100 profissionais que exerciam a função de mediadores culturais em museus e exposições de arte em São Paulo, no período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007. (PEIXOTO, 2012: 6)

A pesquisadora aponta que, embora muitos profissionais tenham respondido as questões denotando uma relação dialógica de construção de sentidos e de conhecimento por parte dos mediadores com o público, muitos apontam para, de alguma forma, a ideia de intersecção – seja utilizando a metáfora de uma ponte (de transmissão), seja no sentido de uma intersecção que cumpre o papel de filtro simplificador do conteúdo, seja no sentido de alguém que está entre o público e a obra. Mais precisamente, foram 11 aparições da palavra ponte e 16 aparições dos verbos “passar”, “aproximar” e “facilitar”. (Ibid: 9)

A ideia de mediação como uma prática que remete à intersecção entre duas coisas trata-se de uma generalização recorrente e prejudicial para essas práticas e suas respectivas teorizações, como observa José Márcio Barros:

É preciso atentar para possíveis generalizações e confusões com o termo e aquilo que designamos como mediação. Três usos recorrentes necessitam ser desconstruídos: a naturalização do conceito, ou seja, a designação de mediação como efeito imediato de algo que se interpõe entre outras duas coisas; a generalização das práticas que toma como mediadora qualquer prática que se faz “para” alguém ou alguma coisa; e sua redução à educação. (Op. cit., p.15)

A mediação nos círculos de leitura não acontece, além do que já foi dito, de maneira unidirecional. Pode-se considerar os detentos também como mediadores ativos desse processo. Para Gilberto Velho (2001), no contexto das sociedades urbanas complexas, de grande fragmentação de identidades, experiências de vida, marcadores sociais, como classe, raça, gênero etc, os indivíduos que fazem trânsitos entre domínios sociais exercem, conscientemente ou inconscientemente, o papel de mediadores. (2001: 20)

São indivíduos que intercambiam práticas e sentidos culturais entre diferentes territórios, bidirecionalmente, como observa Barros:

Nesse sentido, a mediação refere-se ao espaço simbólico ou representativo que articula a relação entre os sujeitos em situação de interação, em que cada polo se apresenta, simultaneamente, como emissor e receptor. Tomada como uma atividade de produção de sentidos que, tal e qual a linguagem, produz a tão necessária transição do sensível ao inteligível, a mediação oportuniza o trânsito, tão fundamental para a constituição do espaço social, entre o eu e o outro. [...] A mediação refere-se, portanto, à circulação de sentidos nos sistemas culturais. Aqui está sua potência, ela é simultaneamente significação individualmente codificada e sentido socialmente produzido. Sua tarefa central é reduzir a distância entre sujeitos e objetos de sentido, tornando, assim, a vida coletiva inteligível e possível. (BARROS, 2013: 14)

Para Taniele Rui e Fabio Mallart, pode-se pensar em uma continuidade entre os territórios de disciplinamento e controle dos corpos dos indivíduos marginalizados. Trata-se de uma gestão populacional que perpassa transversalmente diferentes territórios que se sobrepõem e interpõem, sempre deixando marca nos corpos daqueles que por eles passam. Esses espaços são

as unidades prisionais do sistema carcerário, as comunidades terapêuticas destinadas ao “tratamento religioso” de dependentes químicos, centros de atenção psicossocial especializados em álcool e drogas (CAPSad), albergues, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, periferias, favelas, espaços de consumo de drogas nas ruas e regiões como a chamada cracolândia paulistana (2015: 2)

Além desse circuito do disciplinamento desses corpos, há de se considerar também suas diversas experiências de vida e suas maneiras de relacionarem-se com a cultura.

Feitas as ressalvas sobre como *não* compreendemos a mediação de leitura, nos concentraremos agora em como percebemos seu funcionamento nos círculos de leitura em presídios de Foz do Iguaçu. Consideremos, inicialmente, inspirados pela obra de Petit (Op. cit.) a mediação em duas instâncias: as mediações inscritas no tempo e as mediações inscrita no espaço. Tratam-se de categorias que não se indiferenciam plenamente, mesclam-se e complementam-se.

As mediações inscritas no tempo dizem respeito a construção da história, individual e/ou coletiva, pela leitura. Trata-se de um processo está ligado com a recepção e produção de sentidos por meio do texto, feitos circular por meio da linguagem, construídos no espaço coletivo dos círculos, intercâmbios sensíveis entre um indivíduo e outro. A mediação inscrita no tempo está relacionada com a construção e a reconstrução do indivíduo, com a organização e reorganização de suas memórias e afetos, com a matéria de sua linguagem. São experiências sensíveis que permanecem. Trata-se, propriamente, de uma experiência, no sentido em que a define Jorge Larrosa:

A experiência, a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2004, p. 160)

Essas experiências estão fortemente ligadas com a oralidade propiciada pela leitura compartilhada em voz alta, com a construção oral do sentido, permitindo o reconhecimento da voz do outro e o reconhecimento da própria voz, de seu valor, com a possibilidade de ter sua voz ouvida atentamente pelos outros em meio a um contexto de constante silenciamentos. A oralidade, ainda, remete novamente à ideia de recepção, visto que permite a criação de um cenário de leitura coletivo e popular, em contraposição ao cenário individual e burguês, predominante na experiência do leitor na modernidade. E, por último, a recepção configura-se como uma mediação inscrita no tempo de modo mais direto e literal, pois trata-se de uma oferta de disponibilidade de tempo.

As mediações inscritas no espaço, dizem respeito, sobretudo, à criação de espaço de extraterritorialidade. Como vimos anteriormente, pode-se pensar nesses territórios de controle e disciplinamento de populações marginalizadas como interpostos e sobrepostos. O que se busca com essa mediação de espaço é a criação de um território de liberdade em meio à privação de liberdade. Um território de indisciplina em meio à disciplina. De não-obrigação em meio à obrigação. Um extraterritório simbólico, possibilitado pela literatura. Como observa Petit:

Oral ou escrita, a literatura é uma oferta de espaço. As palavras não cansam de revelar paisagens, passagens, "como se a sua essência fosse bem mais espacial do que verbal, como se o seu fundamento geográfico formasse o seu alicerce de sentido", escreve Georges-Arthur Goldschmidt. (PETIT, 2010: 30)

Petit ainda ressalta uma outra relação entre a literatura e o território: página e país possuem uma mesma raiz etimológica (2010: 39). A ideia de criação de um extraterritório aponta para uma “tomada de distância em relação a experiência traumatizante e sua transformação por meio do corpo, das imagens e da linguagem verbal” (2010: 98). Em última instância, creio, há uma utopia entre as finalidades do projeto, trata-se de uma busca por “uma comunidade emancipada” que seja “uma comunidade de narradores e tradutores.” (RANCIÈRE: 2011)

Cenas etnográficas

De modo a aproximar o presente artigo da experiência prática do projeto, em seguida descrevo breves cenas que nos levaram a reflexão acerca das potencialidades das mediações propiciadas pelo projeto, em consonância com o desenvolvido acima, no sentido de mediações inscritas no tempo e espaço.

1) a discussão de textos que remetem à situações que evidenciam questões íntimas e referentes à condição de ser mulher, como a maternidade e a sexualidade, que permitem as presas expressar-se sobre esse universo apoiando-se nas experiências propostas pelo texto e resguardando situações geralmente silenciadas pela vigilância da instituição.

2) a discussão, em um caso específico ocorrido, de um texto escrito em guarani, da poeta paraguaia Susy Delgado. Nessa ocasião, havia uma detenta, Clara², também de nacionalidade paraguaia, participando da roda de leitura, que retomou, após longo tempo, contato com sua língua materna, tacitamente proibida dentro do presídio, já que se trata de uma língua desconhecida da maior parte das detentas e que possui um potencial de código secreto de comunicação. Nessa ocasião a leitura do referido texto representou esse reencontro para a detenta paraguaia e, para as outras detentas e para nós, uma experiência viva com a língua guarani, sua expressão poética e, no caso particular, sua expressão de liberdade.

De modo metafórico, buscando explorar os múltiplos sentidos possíveis dessa segunda situação, momento de grande expressividade e impacto sensível para os presentes, recorro ao antropólogo autodidata paraguaio Leon Cadogan, em sua recompilação etnolinguística dos “mitos teogônicos” do Ayvu Rapyta, acerca do fundamento da linguagem humana a partir da cosmovisão dos Mbyá Guarani. Os espíritos, as figuras mitológicas,

2 Por uma questão de segurança e respeito às pessoas que participam e colaboram com o projeto dentro do CRESF e PEF II, decidimos usar nomes fictícios nesse relato.

sagradas, religiosas, para os Mbyá, não estão cindidos a partir da fragmentação dualista que herdamos da tradição judaico-cristã. Os espíritos são simultaneamente imanentes e transcendentais; remetem a um tempo mitológico, mas também podem ser compreendidos a partir dos signos do “mundo real”. A língua, como uma interface entre o homem, a divindade e a natureza, dá unidade ao sagrado. Na visão dos Mbyá Guarani, são eles, por exemplo, homens da palavra-alma. Ñande Ru, o pai supremo, é criador da palavra-alma, fundamento da linguagem humana. (CADOGAN, 2014)

Trata-se, é claro, de uma narrativa religiosa que não necessariamente está profundamente enraizada na sociedade paraguaia, de modo que os falantes de guarani possuam tal relação com a língua.

Considerações finais

É imprescindível ressaltar que a realização dos círculos de leitura subordina-se constantemente a obstruções administrativas e burocráticas do presídio. Em cerca de dois terços das visitas de frequência semanal ao CRESF durante o segundo semestre de 2015 estivemos impossibilitados de entrar no espaço e realizar o projeto. Essas obstruções, em sua maior parte, foram devido ou a falta de disponibilidade de agentes carcerários para o deslocamento das detentas entre as celas e a cela de aula ou à procedimentos internos de segurança adotados pela instituição, como revistas preventivas periódicas no espaço das celas e contenções de potenciais rebeliões. Assim, tivemos impedidos de alcançar a frequência e continuidade desejada para o trabalho.

Até então, apenas recentemente, em julho de 2016, após longas “negociações”, conseguimos entrar em nosso segundo espaço de realização do projeto, a PEF II – Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II. Foram, até a presente data, realizados lá apenas um encontro com os detentos que participarão dos círculos de leitura. Até então, foram vários encontros tanto com pedagogos do presídio, agentes carcerários, bem como com o diretor da instituição, discutindo as circunstâncias da penitenciária, discutindo o projeto em si, a maneira de viabilizá-lo sem interrupções etc.

Por outro lado, também é importante ressaltar que a cada círculo de leitura que era/é realizado surge para nós novas inquietações teóricas e metodológicas, fazendo com que o espaço de formação de mediadores de leitura seja ávido e que as questões discutidas complexifiquem-se. Tornou-se para nós cada vez mais evidente a necessidade de, na

realização do projeto, pensar em questões acerca da atuação do mediador de leitura, retirando-a de qualquer intenção de presença imparcial ou, no polo oposto, de presença instrutora, diretiva. Com isso, surge a busca e a reflexão sobre metodologias que façam com que nossa presença e atuação não determine valorativamente a produção e recepção de sentidos que circunda o objeto literário e, também, que esta presença não seja mais uma agência disciplinadora da sensibilidade, mas o oposto. Também nesse sentido, para nós, mostrou-se cada vez mais importante que essas reflexões sobre a mediação estivessem em diálogo contínuo e interdisciplinar com outros debates, como os da antropologia criminal, da criminologia crítica, debates sobre gênero, raça etc.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), especialmente a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) pelo apoio e financiamento brindados ao projeto. Agradecemos também ao apoio do Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu (CRESF) e a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II (PEF II).

REFERÊNCIAS

a) Artigos de revistas

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Representações, mediações e práticas comunicativas**. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Comunicação, representação e práticas sociais. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

HONORATO, Cayo. **Arte para o público – comédia ou tragédia da mediação**. Belo Horizonte, 2010.

MARCIO BARROS, José. **Mediação, formação, educação: duas aproximações e algumas proposições**. In: Revista Observatório Itaú Cultural no 15 – Cultura e Formação. São Paulo, Itaú Cultural, 2013, p. 10-16.

NATALI, Marco. **Além da literatura**. In: Revista Literatura e Sociedade N. 9. 2006. pgs. 30-43

RUI, Taniele e MALLART, Fabio. **Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle**

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

b) Livros

BAJOUR, Cecília. **Ouvir nas entrelinhas – o valor da escuta nas práticas de leitura.** São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [1987]

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta - Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. Capítulos I, II y XIX.** España: Ediciones Epopeteia, 2014

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETIT, Michèle. **A arte de ler – ou como resistir à adversidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora 34, 2009 [2000]
_____. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **O espectador emancipado.** São Paulo: Martins Fontes, 2012 [2008]

c) Capítulo de livro

ALENCAR, Valéria Peixoto. **O mediador cultural. Considerações sobre o trabalho educativo em museus e exposições de arte.** In: e-Book II Encontro Internacional sobre Educação Artística – Acerca da implicação da acção na construção de narrativas contemporâneas. Porto: i2ADS – Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, 2012.

ANDRUETTO, Maria Teresa. **Sobre inclusões e exclusões.** In: Por uma literatura sem adjetivos. São Paulo: Pulo do Gato, 2012, p.72-77.

MELLO e SOUZA, Antonio Cândido. **O direito à literatura.** In: Vários escritos. São Paulo / Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, 2004, p.169-191.

RICOEUR, Paul. **La vida: un relato en busca de narrador.** In: Educación y política. Buenos Aires: Docencia, 1989, p.45-55.

VELHO, Gilberto. **Biografia, trajetória e mediação.** In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

d) Teses e dissertações

BOIAGO, Daiane Letícia. **Políticas públicas internacionais e nacionais para a educação**

em estabelecimentos penais a partir de 1990: regulação social no contexto da crise estrutural do capital. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

e) Documentos acessados

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Infopen.** Disponível em www.infopen.gov.br. Acesso em 10 de agosto de 2015.

SEJU. PDI – Cidadania. **Remição da Pena por Estudo através da Laitura – Lei 17.329.** Disponível em: <http://www.pdi.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Acesso em 10